

# Emendas disciplinam a mineração

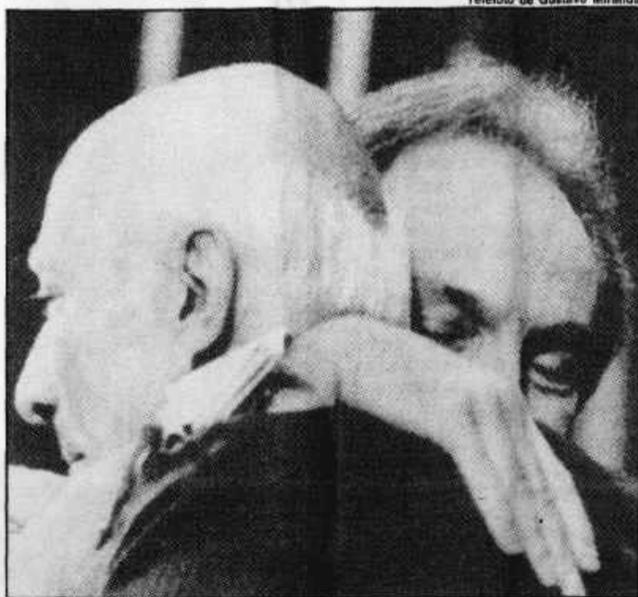
BRASÍLIA — Na sessão de encerramento do primeiro turno de votação, a Constituinte aprovou duas emendas que disciplinam a adaptação das empresas mineradoras titulares de autorização de pesquisa, ou concessões de lavras de recursos minerais, às novas disposições que nacionalizam o setor. As empresas multinacionais terão prazo de quatro anos para nacionalizarem 51 por cento de seu capital ou passarem a industrializar no Brasil o minério produzido.

Na verdade, o plenário formalizou ontem entendimento previsto pelas lideranças quando da votação da nacionalização da exploração mineral. Ficou decidido, então, que nas Disposições Transitórias seria contemplada a situação das empresas já em atuação, resguardando aquelas que estão efetivamente pesquisando e explorando o subsolo. A primeira emenda aprovada ontem extinguiu os direitos das empresas que não utilizarem suas concessões e autorizações até a data da promulgação da lei ordinária que vai regulamentar a mineração ou um ano após a promulgação da Constituição.

O acordo das lideranças foi contestado pelo Senador Roberto Campos

(PDS-MT), para quem "todo o problema da mineração tem sido tratado com desinformação e emotividade, com a circulação de mapas falsos, infelizmente fornecidos por órgãos oficiais". Ao defender o acordo, o Deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) responsabilizou Campos, como co-autor da legislação que rege o setor desde 1967, pelo subdesenvolvimento da mineração no País e lembrou que o texto em exame era resultado de longas negociações, nas quais todas as partes demonstraram boa vontade. A emenda foi aprovada por 355 votos contra nove.

A segunda emenda teve 361 votos a favor, dois contra e duas abstenções. Ela concede prazo de quatro anos para que as empresas que estão operando no setor comprovem sua nacionalização — controle de capital por brasileiros — ou então passem a industrializar em território nacional o produto da lavra. Nesse caso, elas podem continuar sob controle de capital estrangeiro. O minério industrializado terá que ser o mesmo extraído da mina da qual a empresa é concessionária, não se admitindo, para os efeitos da dispensa de nacionalização, que a empresa industrialize outro tipo de minério.



Abraço de Ulysses e Cabral sela o término das votações do primeiro turno

Telefoto de Gustavo Miranda

## Plenário festeja fim do primeiro turno

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que sempre evitou comentários sobre o mérito das matérias aprovadas, elogiou ontem o caráter progressista da nova Constituição, que "foi muito além" de suas expectativas. Após cinco meses de trabalho ininterrupto, o encerramento do primeiro turno foi efusivamente festejado pelo plenário.

Antes de anunciar a votação da última emenda das Disposições Transitórias, Ulysses prestou homenagem a todos que contribuíram para o andamento dos trabalhos, em especial aos líderes partidários, responsáveis pelas fusões e acordos que possibilitaram acelerar as votações. Aplaudido de pé pelos parlamentares, agradeceu aos funcionários, na figura do Secretário da Mesa, Paulo Afonso, responsável pelo trabalho de decifrar o Regimento Interno, e aos constituintes, a quem fez inúmeros elogios.

— Minha vida pública chegou à sua culminância nesta cadeira.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) pediu questão de ordem para render homenagens do plenário

ao Presidente da Constituinte.

Antes de deixar a Mesa, Ulysses foi cercado por um grupo de parlamentares dos partidos de esquerda e, sob o comando do Deputado José Genóino (PT-SP), posou para uma foto com a "turma do pinga-fogo", os que sistematicamente, no início das sessões, ocupavam o microfone de apertados.

— Estamos construindo a democracia participativa.

Ele revelou que sonhava com uma Constituição capaz de remover o "entulho autoritário" e estabelecer justiça social, destacando a ampliação dos poderes do Legislativo, em especial o dispositivo que permite que a população, através da coleta de assinaturas, apresente emendas constitucionais e projetos de lei.

Aos que esperam que a nova Carta seja editada no dia 7 de setembro, Ulysses revelou preferência por uma data sem qualquer outra comemoração para promulgar a nova Carta.

## Nacionalização não atinge os maiores grupos estrangeiros

Os principais grupos estrangeiros que atuam na pesquisa e na lavra de minérios no subsolo brasileiro continuarão operando no País, sem a necessidade de nacionalizar seu capital, apesar da decisão da Constituinte vetando a participação do capital estrangeiro neste setor. A maioria deles já industrializa parte dos minérios que produz e isso lhes garante o direito de permanecer explorando o subsolo brasileiro.

O grupo inglês BP — British Petroleum, por exemplo, maior grupo estrangeiro em atividade na pesquisa mineral no Brasil, que detém uma área de 192 mil quilômetros quadrados — equivalente à soma dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Sergipe —, garantiu o direito de permanecer no País ao se associar com o grupo canadense Brascan. A BRM (Brascan Recursos Minerais), que já atuava na industrialização de minério de estanho (cassiterita), opera agora com oito minas em "Alonia e duas metalúrgicas em Volta Redonda (RJ).

O segundo maior grupo estrangeiro presente no setor de pesquisa e lavra mineral, o Anglo — American/Bozano Simonsen, de origem africana, que detém o controle de uma área de 52 mil quilômetros quadrados, também já industrializa parte de sua produção, atuando na área de fertilizantes, ouro, níquel, nióbio, prata e tungstênio.

Encontram-se na mesma situação os grupos estrangeiros Arbed/Brokin Hill, que atuam na área de produção mineral e industrialização dos minérios através da Samitri e Samarco; e Uniol Center, que produz nióbio.

Alguns grupos, no entanto, embora detenham uma fatia significativa da área reservada à pesquisa mineral, ainda não estão trabalhando na produção de minérios. Esta etapa terá de ser superada no prazo de quatro anos, para que também garantam o direito de permanecer no Brasil, sem necessidade de nacionalizar o capital. Nesse caso, estão incluídos os grupos Dunsam, BRGM, Rhône Poulenc, Inco, Royal Dutch/Shell e South American Placers.

## O TEXTO APROVADO

BRASÍLIA — A Constituinte concluiu ontem as votações do primeiro turno aprovando o seguinte texto sobre a mineração para o Ato das Disposições Transitórias:

Art. (...) — Ficará sem efeito na data da promulgação da Lei que disciplinar a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais, ou no prazo de um ano, a contar da promulgação desta Constituição, autorizações, concessões e os demais títulos atribuídos de direitos minerários cujos trabalhos de pesquisa ou de lavra não hajam sido comprovadamente iniciados nos prazos legais ou que estejam inativos.

Art. (...) — As atuais empresas brasileiras, titulares de autorização de pesquisa ou concessão de lavras de recursos minerais em vigor, terão quatro anos, a partir da promulgação desta Constituição, para cumprir os requisitos do artigo 206.

§ 1º — Ressalvadas as disposições de interesse nacional previstas nesta Constituição, as empresas brasileiras ficarão dispensadas do cumprimento do disposto no artigo 206, desde que, no prazo de até quatro anos da data da promulgação desta Constituição, tenham o produto de sua lavra e beneficiamento destinado à industrialização no território nacional, em suas próprias empresas ou em empresa industrial controladora ou controlada.

§ 2º — As empresas brasileiras, referidas no parágrafo 1º deste artigo, somente poderão ter autorizações ou concessões de pesquisa ou lavras para as substâncias minerais que utilizem seus respectivos processos industriais.

## Ulysses, um constituinte de uma emenda só

BRASÍLIA — Apenas um constituinte — justamente o Presidente da Assembleia, Deputado Ulysses Guimarães — conseguiu 100 por cento de aproveitamento na apresentação de emendas em todas as fases da Constituinte. Este recorde merece explicação: ele apresentou somente uma — para ampliar o número de Deputados — e conseguiu aprová-la. Mas os grandes campeões de fato da apresentação de emendas, até agora, são os Deputados Nilson Gibson (PMDB-PE), 1.161; Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), 672; o Senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), 630; e o Deputado Roberto Freire (PCB-PE), 600. Já o Deputado Genésio Bernardino (PMDB-MG) apresentou apenas uma emenda e não conseguiu aprová-la.

Gibson, ex-malufista, político tradicionalmente ligado aos militares, considerados por ele como "homens de classe média, que também são povo", foi fundador do MDB, em 1967, mas passou pela Arena e pelo PDS antes de chegar ao PMDB, logo que o partido assumiu o poder. As suas contribuições à nova Carta começam no Prêmbulo, passam pelos Direitos Sociais, Ordem Econômica, Organização dos Poderes e chegam às Disposições Transitórias. Na elaboração das emendas, ele destaca a colaboração dos assessores parlamentares Augusto Nardello e Luis Ribas.

Ao enumerar as principais emendas aprovadas, num total de 253, Gibson lembra da que trata das funções das Forças Armadas, mas também destaca a sua contribuição na definição de temas como redução da jornada de trabalho, garantia de emprego, proteção às terras indígenas, organização e funcionamento da Justiça, composição e atribuição dos Tribunais, garantias de magistrados e auditores e autonomia da criação de novos Municípios.

O aproveitamento do Deputado Vivaldo Barbosa foi menor — 150 emendas — mas deixou sua marca na nova Carta, com a elaboração da emenda que manteve o sistema presidencialista de governo. Ao lado do Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), ele derrubou o parlamentarismo, que havia sido consagrado no texto da Comissão de Sistematização. Entre outras contribuições importantes estão os dispositivos que garantem a aposentadoria das donas-de-casa, a livre associação profissional e sindical e a ampliação das garantias do cidadão contra o arbítrio do Estado, através da garantia do devido processo legal. Ajudaram na elaboração das emendas os advogados Artur Lavine, Nilo Batista, Seabra Fagundes e Siqueira Castro.

Extremamente tenso e ocupado com o trabalho da CPI que apura de-

núncias de irregularidades na administração federal, o Senador José Ignácio Ferreira confessa que não lembra o conteúdo das principais emendas que apresentou, em um total de 199. Mas uma pesquisa nos arquivos da Constituinte mostra que ele colaborou na criação do dispositivo que pune como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e às liberdades fundamentais. Também propôs a aposentadoria facultativa dos aposentados aos 30 anos de serviço, a ineligibilidade dos analfabetos e a substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo ISSQN.

O líder do PCB, Roberto Freire, confessa com orgulho que as 600 emendas por ele apresentadas não são de sua autoria. Foram todas tiradas do projeto do PCB para a Constituição, publicado no livro "Nova Constituição para um Novo Brasil", em março de 1986. O motivo do alto índice de aproveitamento — 184 emendas — principalmente por se tratar de um partido comunista, é identificado facilmente por Freire:

— Não tivemos a ingenuidade de propor a implantação do socialismo pela Constituinte. Com uma esquerda minoritária, buscamos a defesa de teses democráticas, antiimperialistas e antilatifundiárias.

# Artigo das Disposições mantém Pedro II federal

BRASÍLIA — Não há mais dúvida: o antigo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro continuará sendo administrado pelo Governo Federal. E o que determina um artigo das Disposições Transitórias. O dispositivo estava previsto no Projeto da Comissão de Sistematização, foi mantido no texto substitutivo do Centro e não fez parte dos temas polêmicos que precisaram ser negociados pelas lideranças partidárias.

O artigo corria um único risco, que era o de ser eliminado do texto constitucional. Quem pretendia apresentar uma emenda nesse sentido era o Senador Roberto Campos (PDS-MT), para quem não se tratava de assunto que devesse figurar numa Constituição.

Mas um fiel ex-aluno do Pedro II, o Deputado Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ), temeroso de que a eliminação do artigo resultasse na estadualização do colégio — a exemplo das demais escolas de segundo grau — fez um apelo ao Senador para que desistisse da idéia.

— Está bem. Eu vou retirar a emenda. Já tem tanta bobagem na Constituição, que uma a mais, uma a menos, não faz diferença — respondeu Campos, que cumpriu a palavra e o artigo ficou, sem ter passado por qualquer discussão no plenário.

Outro artigo altera o ensino da História do Brasil. Agora, esta disciplina terá que levar em conta — não se explica de que forma — a participação das diferentes culturas e etnias na formação do povo brasileiro. Além disso, o Congresso terá que aprovar uma lei fixando datas comemorativas "de alta significação" para os segmentos étnicos nacionais.

Entre os dispositivos transitórios aprovados pela Constituinte está também o que dá um prazo de 15 anos para que a União faça o aproveitamento prioritário dos rios perenes e das águas represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, que estão sujeitas a secas frequentes.

Neste mesmo prazo, a União terá que investir recursos em projetos de irrigação nas regiões Centro-Oeste e

Nordeste, na seguinte proporção: um mínimo de 20 por cento para a primeira e, pelo menos, cinquenta por cento para a segunda, da totalidade dos recursos destinados à irrigação.

Assim como o Deputado Ronaldo Cezar Coelho conseguiu convencer o Senador Roberto Campos a manter um artigo nas Disposições Transitórias, vários outros constituintes venceram o Deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) a não incluir um dispositivo. Evangélico e produtor de discos religiosos — além de autor da emenda que deu os cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney —, ele pretendia isentar do pagamento de direito autoral a gravação e a reprodução de músicas sacras que tenham texto bíblico. Já eram quase 22 horas da última quarta-feira quando ele chegou ao microfone e anunciou que, diante dos muitos apelos que havia recebido, retiraria a sua emenda, desistindo de submetê-la à votação do plenário. Recebeu o agradecimento do Vice-Líder do PT, Deputado José Genóino.

## Bandeira e Gonçalves Dias foram alunos do colégio

O Colégio Pedro II comemorou, ano passado, 150 anos de fundação. Na sede da Avenida Marechal Floriano (antiga Rua Larga), no Centro do Rio, prepararam-se, para ingresso no curso superior, muitos jovens que iriam se consagrar como escritores, poetas, pensadores e políticos, como Manoel Bandeira, Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo, Washington Luís, Alceu Amoroso Lima e Pedro Nava.

Fundado pelo Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, o

colégio passou por muitas transformações ao longo desses anos. A última reforma foi feita em 1987, especialmente para os festejos do sesquicentenário, numa iniciativa que contou com o apoio entusiástico de grande número de ex-alunos, que doaram a maior parte, cerca de CZ\$ 27 milhões, dos recursos arrecadados.

O colégio, que hoje conta com filiais como no Humaitá e na Tijuca, tem sua origem no Seminário de

São Joaquim, fundado em 1739, que abrigava órfãos. Em 1837, foi transformado em Colégio de Instrução Secundária.

Reformas no ensino colaboraram para que a imagem do Pedro II mudasse muito desde 1920, quando os 500 alunos do chamado "colégio padrão" eram servidos, durante o almoço, por garçons de summer jacket. Atualmente, o colégio tem cerca de 12 mil estudantes na sede e nas filiais, dos quais cinco mil são carentes.